

# O DISCURSO DO DICIONÁRIO

Diana Luz Pessoa de BARROS<sup>1</sup>

- RESUMO: Ao examinar o dicionário como um discurso, este trabalho procura apontar as relações que se estabelecem entre os efeitos de sentido que o dicionário produz em nossa sociedade – de registro do saber lingüístico, de discurso competente sobre a língua, de discurso anônimo e neutro da coletividade, de discurso legitimador dos usos e regulador das mudanças lingüísticas – e as estratégias discursivas que emprega, e mostrar o universo semântico-cultural que o dicionário revela e as imagens de norma e de língua que constrói.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso do dicionário; temas e figuras; modalização; discurso dos verbetes; norma.

## Considerações iniciais

Para uma homenagem ao Borba, tão merecida, optei por desenvolver algumas considerações sobre o discurso do dicionário.<sup>2</sup>

Este estudo é parte da pesquisa que desenvolvo sobre conceitos e imagens da norma na gramática e no dicionário, no quadro de um projeto coletivo sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil. O pano de fundo teórico do projeto são as propostas de Sylvain Auroux e seus co-

---

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – dianaluz@usp.com.br.

2 Borba costuma dizer dos semióticos, meio a sério, meio de brincadeira, que qualquer dia faremos a análise do discurso do laço de boi, em festa de peão de boiadeiro.

laboradores sobre o papel da gramatização das línguas nos estudos das idéias lingüísticas e na constituição das “línguas nacionais”.

Com base nesses princípios, o material é examinado com a fundamentação teórica e a metodologia da semiótica narrativa e discursiva, de linha francesa (Greimas & Courtés, s.d.; Fiorin, 1989; Barros, 1988, 1990), ou seja, as gramáticas e dicionários são analisados como discursos, nos níveis narrativo e discursivo propostos pela teoria. Desenvolve-se um estudo narratológico e discursivo da enunciação: no nível narrativo, tendo em vista os objetivos da pesquisa, são estudados principalmente os contratos que se estabelecem entre enunciador e enunciatário e os procedimentos de modalização dos sujeitos e objetos envolvidos; no nível discursivo, são observados sobretudo os percursos temáticos e figurativos, determinados sócio-historicamente. O objetivo principal deste estudo é o de precisar e de testar as escolhas teóricas e a metodologia empregada.

## **O discurso do dicionário: primeiras reflexões**

O dicionário produz, na nossa sociedade, certos efeitos de sentido bem conhecidos: de lista, inventário ou registro do saber lingüístico de uma sociedade; de discurso competente sobre a língua; de discurso anônimo da coletividade; de neutralidade e imparcialidade próprias da “objetividade” do saber, isto é, de que está fora do alcance das determinações sócio-históricas e ideológicas; de ter o papel normativo de legitimizar ou de referendar os usos lingüísticos aceitos e prestigiados em uma sociedade e de regulamentar a manutenção e a mudança lingüísticas.<sup>3</sup>

Esses efeitos de sentido devem-se a um conjunto de estratégias discursivas: as abonações e os exemplos de usuários de prestígio escolhidos; o apagamento das marcas da enunciação e o estabelecimento de um “sujeito coletivo”; a escolha das acepções; o modo de organização de cada verbete; a construção geral do dicionário.

Ao examinar o dicionário como um discurso, acredito poder apontar as relações que se estabelecem entre os efeitos de sentido mencionados e as estratégias discursivas do dicionário e, sobretudo, mostrar o universo semântico-cultural que o dicionário revela e as imagens da norma e da língua que ele constrói.

---

<sup>3</sup> Essas considerações aplicam-se sobretudo aos dicionários monolíngües.

Nessa mesma direção, Alain Rey (1976, p.XXI) afirma na apresentação do *Petit Robert*: "*C'est pourquoi le dictionnaire de langue, instrument pédagogique primordial, bien que trop souvent négligé, et ambassadeur discret de la culture, mériterait d'être considéré comme un genre majeur dans la vie intellectuelle d'un pays*".

Três aspectos do discurso do dicionário são observados:

a) a organização temática e figurativa do dicionário e o quadro de valores em que se insere (escolha dos exemplos e das acepções);

b) a modalização dos sujeitos pelo *querer*, pelo *dever* e pelo *poder* (as observações e comentários e as variadas classificações das acepções nos verbetes);

c) o discurso de cada verbete, cuja análise pode levar à descrição narrativa e discursiva do léxico.

### **Organização temática e figurativa do discurso do dicionário**

A análise narratológica da enunciação do dicionário constrói a organização temático-figurativa e a estrutura modal do discurso em exame. Os temas e figuras semânticas constituem, para a teoria semiótica, o lugar, por excelência, da determinação ideológica.

Fiorin (1988, p.8-9), ao refletir sobre as relações que a linguagem mantém com a ideologia, ensina que "dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição". Para tanto, continua o autor, é necessário distinguir pontos de vista diferentes no estudo da linguagem. O sistema virtual (a "língua" saussuriana) goza de certa autonomia em relação às formações sociais, como se pode perceber no exame das mudanças lingüísticas: "o sistema, em geral, altera-se devido a causas internas do próprio sistema" (p.12), ou seja, a fatores especificamente lingüísticos. Os fatores sociais que desencadeiam as mudanças perdem-se, geralmente, no tempo, e o sistema ganha, assim, relativa autonomia em relação às formações sociais. É no nível do discurso (diferente da fala, entendida como ato concreto e individual de exteriorização da linguagem) que devem ser estudadas as determinações sociais da linguagem. No nível do discurso, a teoria semiótica distingue uma sintaxe e uma semântica. A sintaxe discursiva contém, para Fiorin, os processos de estruturação do discurso e goza, ela também, de certa autonomia em relação às formações sociais. O campo da sintaxe é o da manipulação consciente, como na opção que o falante faz entre discurso em 1ª ou 3ª pessoas,

para produzir efeitos de subjetividade ou de objetividade e convencer seu interlocutor. Já o nível da semântica do discurso é mais diretamente determinado por fatores sociais e permite dizer que todo discurso é ideológico, ou, com Barthes, que nenhum discurso é inocente. Fiorin diz ainda que o nível semântico do discurso é o campo da determinação inconsciente, o campo da determinação ideológica propriamente dita (p.18-9). Os elementos semânticos do discurso constituem a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos semânticos são, na semiótica, os *temas* e as *figuras*, conteúdos que investem e preenchem a estrutura sintática do discurso.

Se os temas e as figuras semânticas do discurso constituem o campo por excelência da determinação ideológica, os exemplos e acepções escolhidos são, a meu ver, o lugar privilegiado de exposição dos temas e figuras do discurso do dicionário.

### **A escolha dos exemplos**

Para mostrar o papel dos exemplos no estabelecimento da organização temática e figurativa do discurso do dicionário, escolhi um grupo dos verbos de comunicação, o de *pedir-exigir*.<sup>4</sup>

Com base em análise semiótica (Barros, 1976) e de casos (Fillmore, 1968, 1971), esses verbos foram analisados como um tipo de verbo de comunicação, aquele cujo destinador transmite seus desejos e aspirações (seu "querer") ao destinatário ao mesmo tempo que lhe comunica um valor modal: o **querer-fazer**, no caso dos verbos de pedir (*pedir, rogar, solicitar, suplicar, implorar, deprecar, impetrar, imprecар, instar, obsecrar, obtestar*), o **dever-fazer**, quando se tratar de verbos de exigir (*exigir, reclamar, requerer, requisitar*).

Essa análise narrativa revela relações hierárquicas desequilibradas entre o destinador e o destinatário. Nos verbos de *pedir* (transmissão do querer-fazer ao destinatário, que fará, portanto, o que o destinador pede, por graça, mercê, favor), o destinador que *pede* apresenta-se como sujeito menos poderoso ou forte que o destinatário a que se dirige; nos verbos de *exigir* (transmissão de dever-fazer ao destinatário, que é colocado portanto em posição de obediência, de obrigação), o destinador

---

4 Retomo estudos anteriores que fiz sobre os verbos de comunicação para a tese de doutorado (Barros, 1976), cujo *corpus* foi organizado a partir de dicionários, e um trabalho de Slakta (1971) sobre o ato de pedir nos *Cahiers de doléances*.

que *exige* mostra-se como sujeito mais poderoso ou forte que seu destinatário:

<b>Destinador</b> -	<b>querer-fazer</b> (pedir)	<b>Destinatário</b> +
<b>Destinador</b> +	<b>dever-fazer</b> (exigir)	<b>Destinatário</b>

É possível estabelecer relações gradativas entre os verbos de pedir-exigir. Eles formam duas séries, a primeira que vai do pedido simples à súplica mais humilde, a segunda que vai da exigência simples à exigência extrema, excessiva. Os verbos menos marcados em cada série podem ser usados como “neutros”, não apenas na série, mas entre elas. Assim, o verbo *pedir* é empregado tanto na acepção de suplicar quanto para reclamar um direito, ou o verbo *requerer*, em que o destinatário possui autoridade para deferir ou indeferir o requerido, é utilizado para exigir um direito ou para pedir graça.

-		+
<b>pedido →</b>	<b>pedido com empenho, → insistência</b>	<b>pedido com humildade (com lágrimas, súplicas, choro)</b>
<i>Pedir</i>	<i>imprecar postular solicitar</i>	<i>implorar obsecrar obtestar rogar suplicar</i>
-		+
<b>exigência →</b> <i>Requerer</i>	<b>exigência plena →</b> <i>reclamar requisitar requestar</i>	<b>exigência extrema</b> <i>exigir</i>

Na instância de manifestação desses verbos, os dois grupos também se diferenciam quanto ao uso de preposições. Ocorrem duas preposições principalmente: a preposição **a**, marcador casual do dativo, e a preposição **de**, que enfatiza a procedência do objeto comunicado e que aparece, sobretudo, na comunicação por espoliação (tomar alguma coisa **de** alguém). Em consequência, os verbos de *pedir* realizam-se tanto com a preposição **a** quanto com a **de**, ao passo que os verbos de *exigir* só ocorrem com a preposição **de**, já que estão mais próximos da espoliação (virtual).

Slakta (1971), ao explicar o ato de pedir nos *Cahiers de doléances*, propõe também duas séries de lexemas verbais, segundo as relações hierárquicas reconhecidas entre destinador e destinatário: na primeira série, com os verbos *prier*, *solliciter* e *supplier*, o destinador pede uma **graça** ao destinatário; na segunda, com os verbos *exiger*, *réclamer* e *requérir*, exige um **direito**. O verbo *demander*, por sua vez, neutraliza a oposição encontrada. Os verbos de cada série organizam-se gradativamente:

**Série 1: prier → solliciter → supplier → demander.**

**Série 2: requérir → réclamer → exiger.**

Em *supplier*, pede-se com mais humildade que em *prier* e, em *exiger*, o direito é maior (e até mesmo abusivo) que em *requérir*.

A estrutura narrativa examinada é preenchida pelos temas e figuras dos exemplos (e das acepções). O preenchimento semântico (temático e figurativo) das casas do destinador e do destinatário depende das formações sociais que determinam as ocupações possíveis desses lugares. Foram recolhidos exemplos dos dicionários que seguem: *Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete; *Dicionário Aurélio*; *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes; e *Dicionário gramatical de verbos*, de Francisco da Silva Borba (Coord.).<sup>5</sup>

A análise dos exemplos indica quatro percursos temáticos: *religioso*, *político-administrativo*, *socioeconômico* e de *gênero*.

No *tema religioso*, desenvolve-se a questão da hierarquização das relações entre Deus (ou as autoridades religiosas) e os homens. Dessa forma, as figuras mais usuais para os papéis poderosos (o do destinatário nos verbos de *pedir* e o do destinador nos verbos de *exigir* são Deus, o papa, os santos. Ao contrário, entre os fracos, são encontrados os homens em geral e os pecadores em particular, em diferentes graus de figurativização. O tema religioso ocorre principalmente nos verbos de *pedir*, quase sempre como pedir *com humildade* (lágrimas, choro etc.) ou, pelo menos, *com empenho e insistência*, ou seja, principalmente com os verbos *rogar*, *implorar*, *suplicar* e *pedir* (quando o dicionário lhe atribui o sentido de suplicar, implorar, rogar). Há, além disso, verbos de pedir que têm, em princípio, destinatários apenas religiosos, como *orar* ou *rezar*.

Os exemplos que seguem mostram os verbos de *pedir* com os destinatários Deus, papa, santos etc. e com os destinadores homens (principalmente mulheres) e pecadores: “Encerra em ti tua tristeza interna/E

---

<sup>5</sup> Os dicionários serão mencionados como: A (Aurélio), CA (Caldas Aulete), FF (Francisco Fernandes), B (Borba).

pede humildemente a Deus que a faça/Tua doce e constante companheira..." (Manuel Bandeira, *Estrela da vida inteira*, p.46) (A); "Peça a Nossa Senhora por mim!" (CHR, 18) (B); "'Por todos os da pensão orava e pedia' (DM, 61)" (B); "Rogou a Deus pela felicidade dos filhos" (A); "'babando sempre, a pobre cabra imprecava ao céu a vida do filho' (Trindade Coelho, *Os meus amores*, p.202)" (A); "Costumado a implorar o céu nas grandes aflições" (FF); "'Não faltarei à obrigação de rogar a Deus pela felicidade e vida de V.Sa.' (Vieira)" (CA), (FF); "'Fui à mesma capela a chorar as minhas culpas, e rogar a Deus pela defunta' (Bernardes, apud Stringeri)" (FF); "Rogue a Deus por mim" (B); "'Comece a postar-se aos pés do santo implorando com gemidos o perdão de seus crimes' (Camilo)" (CA); "'Ou suplicar: Deus, por que me deixou cair doente?' (CE, 84)" (B); "'A que chorava pela culpa de seus mortos impenitentes/e suplicava a Deus piedade, para seus ilustres parentes!' (Cecília Meireles, *Obra poética*, p.852)" (A); "'Sua prece deseja sábia e lenta/Agradecer em vez de suplicar!' (Odílio Costa, filho, *Cantiga incompleta*, p.16)" (A); "'O Senhor ( ) vos suplicamos pela alma de Prudenciana' (TP, 72)" (B); "implorar a Providência" (A); "'vergando os joelhos, ansiadas, imploravam socorro ao céu' (Gustavo Barroso, *Terra de sol*)" (A); "'rogou à alma da bem-aventurada Fastrada que ... por eles implorasse de Deus um milagre que os tirasse daquela incômoda situação' (Gustavo Barroso, *Livro dos milagres*, p.96)" (A); "'roga a Deus, que teus anos encurtou, que tão cedo de cá me leve a ver-te,/quão cedo de meus olhos te levou' (Luís de Camões, *Rimas*, p.72)" (A); "Rogou a Deus pela felicidade dos filhos" (A).

Raros são os exemplos de tema religioso com os verbos de *exigir*. Acham-se alguns poucos exemplos em que as autoridades religiosas ou Deus são os destinadores, mais poderosos, portanto, da exigência: "como a Religião Santíssima requer" (CA); "'O cristianismo pede o máximo ao homem, que em geral só quer dar o mínimo'" (Murilo Mendes, *O discípulo de Emaús*, p.89)" (A) (Pedir com o sentido de *exigir*.) Não há, em geral, exemplos em que Deus ou o papa apareçam como o destinatário (menos poderoso) de verbos de *exigir*. Encontrei apenas um caso, muito particular, em texto sobre a Inquisição: "'Exigir do papa que lhe pedisse a ele perdão, de tamanha afronta' (Herculano, H. *Inquisição*, II, 305)" (FF).

No tema *político-administrativo*, elaboram-se as relações hierarquizadas entre os que ocupam cargos políticos e administrativos e seus subordinados. Nesse tema, são em geral utilizados verbos de *pedir* e de *exigir* mais "fracos" na escala: pedir, solicitar, postular, requerer, reclamar etc. As autoridades políticas e administrativas são sempre destinatárias dos pedidos ou exigências. Com os verbos de *pedir*, menos fre-

qüentes no tema, o destinador pede ou solicita como um favor de um superior; com os de *exigir*, o destinador requer ou reclama um direito das autoridades pertinentes. Observem-se os exemplos que seguem: “Solicitar um emprego” (FF); “‘Saudamos o colega, a quem postulamos obsequioso indulto’ (M. Mariel, *Os membros da academia*, XVI)” (FF); “‘Mais uma vez solicitou providências às autoridades” (A); “Solicitava, ansioso, a remuneração a que fizera jus” (A); “‘O ministro Lafayette ... solicitara para mim, ao Imperador, o título de conselheiro’ (Rui, *Q. Império*, I, LXV)” (FF); “Os colonos requereram sesmarias à Coroa” (A); “O General requereu mais tropa” (A); “Requereu ao governo a concessão de um terreno” (FF); “‘Requisitou do general-em-chefe o número de cavalos necessários’ (B. Rio Branco, apud Lait, *Antologia nacional*, 110)” (FF); “O funcionário requisitou férias” (A); “‘Às autoridades ( ) requeiro a exibição das escrituras de compra e venda’ (AM, 15)” (B); “‘Na semana passada, o advogado Jonas Augusto, requereu do magistrado Luiz Vasconcelos Dias o relaxamento das prisões de...’ (JC, 22.12.77, I)” (B).

Duas observações devem ser feitas: em primeiro lugar, quando a autoridade é o *rei*, são empregados verbos de *pedir* “mais fortes”, tais como *suplicar* ou *implorar* – “‘Suplico a Vossa Alteza que ordene a D. Ana Pais ficar no Brasil’ (Setúbal, *Nassau*, 162)” (FF); “‘A bordo todos os passageiros se desvelavam em atenções à esposa que ia implorar do rei o perdão de seu marido’ (Camilo, *Memórias do cárcere*, I, 143)” (FF) –; em segundo lugar, com os verbos *requisitar* e *exigir* as autoridades também ocupam posição de destinador – “‘[os policiais] requisitaram a chave’” (GIT, 155) (B); “o tirano exigia contribuições enormes” (CA); “‘um guarda da rádio patrulha batera, exigira que se fizesse black-out total’ (LM, 235)” (CA).

O *tema socioeconômico* desenvolve a questão das diferenças de classes sociais. Dessa forma, com os verbos de *pedir* (os mais suplicantes, geralmente), o destinador pertence a uma camada social mais “baixa” que a do destinatário; com os verbos de *exigir*, inverte-se a relação. Quem pede é o mendigo, o maltrapilho, os velhinhos, os negros; quem exige é a patroa, o senhor de escravos: “‘a ele cabe exigir dos negros deferência e humildade’ (CT, 44)” (B); “a patroa exige referências da criada” (B); “‘Velhinhos que pedem, aleijados que dizem onde é a praia tal’ (LM, 274)” (B); “O mendigo suplicava esmolas” (A); “Implorar esmola” (A) (FF); “‘... um pequeno maltrapilho se aproximava de alguém mais bem trajado e ... implorava: – Moço, me dá dois tostões para uma corrida...’ (Armando Fontes, *Os Corumbas*, p.48)” (A); “‘negros fugidos, que saltavam o muro ( ) para implorar ao Senhor Bispo ( ) que os livrasse’ (TSL, 146)” (B).



Os casos contrários são pouco freqüentes e, em geral, dizem respeito às leis e relações trabalhistas: "Os operários requisitavam dos patrões melhores condições de trabalho" (B).

No *tema de gênero*, aparecem as visões da mulher como mais fraca e em posição social inferior em relação ao homem. Os exemplos tratados nos outros temas mostram já que é a mulher em geral quem suplica, implora ou roga e raramente quem exige. Observem-se mais alguns casos: "'Aflitas, algumas mulheres voltaram-se, de mãos postas, para a capelinha próxima, rogando o socorro da Virgem' (Trindade Coelho, *Os meus amores*, p.82)" (A); "'Prostrada a seus pés, suplico, imploro, obsteo me não queira entregar' (Castilho)" (CA) (FF); "'(Germana) suplica que eu fique de vez, no Rio' (LM, 261)" (B); "'José, ele é teu irmão, rogou Idalina de mãos juntas' (CE, 44)" (B); "'Ciloca rogava um quartinho de querosene fiado' (MA, 113)" (B); "'Mulheres rogando piedade' (AM, 52)" (B).

O rápido exame dos exemplos encontrados nos dicionários para os verbos de *pedir* e *exigir* tem como resultado o preenchimento que segue das casas sintáticas:

a)	Destinador -	pedir (forte) (suplicar, implorar, rogar)	Destinatário + +
Temas			
religioso	humanidade pecadora		Deus, santos etc.
político-administrativo	vassalo		Rei, imperador
socioeconômico	pobre, mendigo, velho, negro		Classe social dominante (patroa, dono de escravo, bispo)
de gênero	mulher		

b)	Destinador		Destinatário
	-	pedir (forte) (solicitar, postular)	+
	+	exigir (fraco) (requerer, reclamar)	-
Temas			
político-administrativo e socioeconômico	trabalhador, empregado, operário, cidadão		patrão, chefe, governo, juiz

c)	Destinador +	exigir (requistar)	Destinatário -
Tema			
político-administrativo	guarda, polícia, tirano (posição de mando legal)		posição de mandato, subordinado

O esquema *a* aponta para a relação hierárquica de inferioridade e superioridade nos diferentes percursos temáticos e permite a leitura da inferioridade da humanidade pecadora, do vassalo, do pobre, da mulher. Conservam-se estereótipos, tais como o da fragilidade da mulher lamuriosa.

O esquema *b* mostra a relação socioeconômica desequilibrada e o domínio de classes, mas também a crença em nossa sociedade no equilíbrio da justiça trabalhista (pode-se requerer, reclamar), e tem marcas muito diluídas de luta de classes (os operários que requisitam melhores salários). Observe-se no tema a mudança de tipo de verbo quando o destinatário é o rei ou o governo, o juiz, o patrão.

No esquema *c*, há inversão de certas posições com verbos como *requisitar* e *exigir*, o que deixa ver claramente a relação de mando e a de hierarquia de classes que pareciam invertidas no esquema *b*.

As poucas observações sobre temas e figuras dos exemplos têm por objetivo mostrar a determinação sócio-histórica e ideológica do investimento temático-figurativo do discurso do dicionário.

### ***A escolha das acepções***

A escolha das acepções tem um papel muito semelhante ao dos exemplos no discurso do dicionário. Dois verbetes foram selecionados para ilustrar a questão: o verbete *mulher*, analisado por Krieger (1995), e o verbete *trabalho*. Retomo aqui alguns dos resultados da análise de Krieger do verbete *mulher*. A autora analisou seis dicionários de língua portuguesa publicados no período de 1899 a 1992, com o objetivo de mostrar a tensão, no verbete, entre o dizer coletivo e o individual e a falta de neutralidade do discurso lexicográfico. Três acepções, relacionadas com as posições sintáticas de sujeito do ser e do fazer, aparecem nos dicionários até 1975: a mulher como espécie feminina do gênero humano e seus dois papéis sociais, de esposa e de prostituta. Ao comparar os verbetes *mulher* e *homem*, observa a autora que, além das diferenças de papéis sociais, mesmo na acepção de “espécie do gênero humano”, a mulher não é igualada ao homem (exemplo: *homem*: indivíduo do gênero humano; ser humano do sexo masculino; *mulher*: fêmea do homem). Nos dois dicionários mais recentes examinados por Krieger, no entanto, a mulher é definida como “ser humano do sexo feminino” e ocupa outros papéis sociais, além dos de esposa e prostituta. Tudo aponta para as “visões” da sociedade e da cultura sobre a mulher, ou seja, alterou-se na sociedade o modo de ver a mulher.

Examinei o verbete *trabalho* no *Dicionário Aurélio* e no *Caldas Aulete*. A diferença mais significativa encontrada foi que o *Caldas Aulete* desenvolve o tema socioeconômico do trabalho em uma sociedade de classes, ao inserir no verbete definições de *trabalho livre*, *trabalho servil*, *sem trabalho* (“pessoa que não acha ocupação em que ganhar a vida, embora a procure; desempregado”) e *crise de trabalho* (“complicação ou embaraço nas relações sociais proveniente da falta de serviços em que se empreguem as classes menos abastadas”). O *Aurélio* não trata do tema no verbete *trabalho*, embora apresente o termo *trabalho* na física, na biologia, no turfe e mesmo na economia (“atividade humana, realizada ou não com auxílio de máquinas, e destinada à produção de bens e serviços”). Não há *crise do trabalho* ou *sem trabalho*.

Os dois casos examinados, *o dos exemplos* e *o das acepções*, mostram a organização temático-figurativa do discurso, que, como se viu, preenche as posições sintáticas narrativas, e apontam a determinação sócio-histórica e ideológica do discurso do dicionário. A principal dificuldade encontrada nesse tipo de estudo é a de estabelecer se as determinações sociais dos discursos do dicionário são características de um dado momento nas relações entre língua e sociedade (os temas apontados são, realmente, os temas mais frequentes nos verbos de *exigir* e *pedir* ou nos termos *mulher* e *trabalho* em um dado momento histórico?) ou apenas refletem as “visões” de uma camada social determinada, a do dicionarista. Os nossos dicionários não se preocuparam nunca com essas questões, nem mesmo os dicionários de usos. Os dicionários de usos apresentam os usos que têm uma certa frequência e consideram em geral as variações do uso do ponto de vista sintático ou sintático-semântico (argumentos e regências diferentes), mas não se atêm ao fato, por exemplo, de ser mais ou menos usual preencher o sujeito de *suplicar* com certos papéis-temáticos (mulher, pobre, pecador etc.).

### **Modalizações do discurso do dicionário**

Ainda no nível da análise narratológica da enunciação, há um segundo momento, consagrado ao estudo das estratégias de manipulação graças às quais o enunciador procura convencer o enunciatário, ao alterar sua competência modal: o enunciador faz o enunciatário *acreditar* que a língua é tal como apresentada no dicionário *e/ou faz* que ele *queira, deva, possa e saiba fazer*, isto é, *bem utilizar a língua*. As modalizações mencionadas indicam as imagens da norma e da língua que o

dicionário constrói e seu papel legitimador e regulador dos usos e das mudanças lingüísticas, sejam elas internas ou decorrentes de empréstimos e estrangeirismos. A modalização pelo *ser*, ou modalização de existência do objeto, é a estratégia mais forte para o estabelecimento da norma, pois produz os efeitos de sentido de “naturalização” ou de “normalização”, ou seja, de uso “natural” ou “normal” da língua: a língua é assim, o uso é aquele que está sendo mostrado. A norma explícita ou culta não se apresenta, portanto, como uma norma entre outras, mas como a *norma*, ou a norma própria da língua. Essa estratégia é a mais empregada nos dicionários, em que se produzem os efeitos de sentido, já mencionados, de neutralidade e de imparcialidade.

As modalizações pelo *querer*, *dever*, *poder* e *saber fazer*, por sua vez, constroem nos dicionários o *discurso da norma*, isto é, da “boa norma” ou do “bom uso”, tal como ocorre nas gramáticas. A norma é, para tanto, qualificada a partir de valores éticos e estéticos. As gramáticas produzem, de preferência, o discurso da “boa norma”, isto é, determinam os usos como bons, corretos, bem construídos etc.; os dicionários, por sua vez, empregam, sobretudo, a qualificação negativa dos usos, ditos inúteis, inadmissíveis etc. Esse tipo de modalização ocorre nos dicionários de duas formas principalmente: na classificação das acepções e usos (brasileirismo, popular, familiar etc.) e nos comentários (“galicismo inútil”, “uso aceitável” etc.). Assim as acepções e os usos modalizados serão ditos: *úteis*, *proveitosos* ou *prejudiciais* e *desejáveis* ou *temíveis* (modalização pelo *querer*); *prescritos* ou *proibidos* (modalização pelo *dever*); *possíveis* ou *impossíveis* (modalização pelo *poder*).

### **Modalização pelo querer**

A *modalização pelo querer* (e pelo *dever*) ocorre principalmente nas notas e comentários dos verbetes dos dicionários. Examinamos, a partir sobretudo de um estudo de Ieda Maria Alves (1984), as observações dos dicionários sobre os usos de termos estrangeiros no português. Alves analisa os usos de termos estrangeiros nos dicionários da língua portuguesa do fim do século XIX e começo do XX e conclui que há maior rejeição aos empréstimos e estrangeirismos quando eles são provenientes de uma única língua e vêm em grande quantidade. Os dicionários examinados mostraram-se mais reticentes, portanto, em relação ao uso de termos franceses, na época em que a língua francesa era a grande fonte de empréstimos, do que ao emprego de vocábulos ingleses, atualmente sujeitos a maior rejeição. Assim, o Caldas Aulete define *galicismo* como

"palavra ou locução afrancesada, oposta ao gênio da língua portuguesa, e como tal inútil" e *galicizante* como "o que facilmente escorrega em galicismos", e o *Grande Dicionário Melhoramentos* conceitua *galicismo* como "palavra ou construção francesa empregada em detrimento do vernáculo". Além disso, em ambos os dicionários vários empréstimos do francês são qualificados de *galicismo inadmissível, inútil, condenado pelos puristas* etc.

As palavras "inútil", "escorregar", "em detrimento de", "condenado", "inadmissível" indicam que as modalizações desses usos nos dicionários são sempre negativas e segundo as modalidades do *querer* e do *dever*. Em outras palavras, são usos *prejudiciais* e *temíveis*, isto é, que se quer que não sejam, e *proibidos*, isto é, que devem não ser.

### **Modalização pelo dever**

A *modalização pelo dever* é uma das formas mais características de instalação do bom usuário da língua, a que torna prescritiva a norma culta. Ela ocorre nos dicionários também, nas notas e nos comentários, principalmente: "Jóia [Do fr. Ant. *joie*, 'jóia', que convém não confundir com a atual *joie*, 'alegria']" (A); "Lequéssia [alter. de *eloquência*? se o é, deveria ser grafado com *c.* e não *ss.*]" (A); "Também se usa [o verbo *ter*] seguido de *que*, construção esta considerada, em geral, menos recomendável" (A); "Pedir para – a maioria dos gramáticos tacha de viciosa a construção *pedir para fazer alguma coisa* – em lugar de *pedir para que faça alguma coisa*; e somente admite *pedir para* quando for possível subentender entre o verbo *pedir* e a preposição *para* uma das palavras *licença, permissão, autorização, vênia* etc. De sorte que segundo eles acerta quem constrói: 'O menino dirige-se ao mestre e pede-lhe para sair' (Nóbrega, *Estudos do português*, p.132), 'Padre Antônio ... pediu para ficar só comigo' (Camilo, apud Stringari); e comete 'asneira de marca grande' (C. Figueiredo, *Lições práticas III*, 225) quem diz ou escreve: 'Veio à nossa redação o sr. Figueiredo pedir-nos para declararmos que ele não é o pai da criança' (C. Figueiredo, ob. cit.)" (FF); "A expressão *ter lugar* é francesa quando empregada por *ocorrer, suceder, verificar-se, efetuar-se*. Na acepção, porém, de *cabere, ser admissível, ser aplicável, legítimo, oportuno, regular*, é indiscutivelmente vernácula e sancionada por todos os mestres (Rui, *Réplica*, p.12)" (FF); "Xucro. A grafia legítima seria *chucro*" (A); "Chucro, adj. Bras. V. xucro, que é a forma correta" (CA).

Como se percebe nos exemplos citados, os dicionários empregam poucas expressões para marcar o que deve ser utilizado (“acerta quem constrói”, “somente admite”) e assinalam, de preferência, o *que não deve ser empregado* (“convém não confundir”; “construção menos recomendável”; “tacha de viciosa a construção”; “comete asneira de marca grande”). Os “bons usos”, em geral, são modalizados pela existência, como vimos – eles são assim e não apenas devem ser assim – enquanto o “maus usos” são determinados pelas modalidades do querer e do dever não ser ou fazer.

Em exame de duas gramáticas (Reis Lobato e Celso Cunha), observei modos diferentes de construção da norma: em Reis Lobato não há discurso da norma qualificando-a de boa ou bonita, não há o referendo de escritores (usa exemplos criados), porque tais recursos não são necessários, já que a modalização preferida é a da existência, ou seja, os usos *são*, a língua *é*, a norma *é*, e precisa ser apenas exemplificada, não necessitando, portanto, da qualificação aspectual (boa, correta etc.) ou do referendo de escritores; em Celso Cunha, ela *deve ser*, porque é correta e bela e porque é assim que usam a língua os escritores de prestígio, ou seja, há o discurso da norma e o referendo dos usuários de prestígio.

Nos dicionários, o exame superficial que fizemos indica também diferenças entre eles: o Aurélio aproxima-se mais do tipo da gramática de Reis Lobato, o Francisco Fernandes do modelo da de Celso Cunha. Em geral, porém, há nos dicionários complementaridade dos dois tipos de estratégias: a modalização da existência predomina sobre os usos prescritos, mas há farta modalização do que não deve ser (usos proibidos); equilibram-se os exemplos extraídos de escritores e os fabricados pelos dicionaristas; constrói-se um discurso da norma também pela negativa, isto é, não se diz dos usos que são bons, corretos, bonitos, mas que são viciosos, asneiras etc. A norma é assim apresentada nas duas direções: a “boa norma” *é*, não precisa ser referendada, podendo ser apenas exemplificada, mas é reforçada pelo referendo dos escritores; a “má norma” é proibida (não deve ser) porque é errada (“viciosa”, “asneira”), segundo o discurso que se constrói sobre ela, e porque não só não é usada por escritores ou gramáticos, mas antes por eles condenada.

### ***Modalização pelo poder***

A *modalização pelo poder* cria o regime da facultatividade, da exceção, de tudo que é admitido, usual, freqüente. Não se trata mais simplesmente da norma que *é* ou *deve ser*, mas de variantes que *podem ser*,

nas fronteiras de aceitação da norma. Elas indicam os limites possíveis do uso para que se permaneça no domínio da norma culta ou fora dela. Elas asseguram o conceito de falante culto como aquele que é capaz de empregar a língua em diferentes situações e em todas as variações permitidas. O falante culto conhece os efeitos de sentido de cada uma dessas variações e as utiliza adequadamente.

Nos dicionários (foi examinado sobretudo o *Aurélio*), são quatro as variantes em jogo: *diacrônicas* (pouco usado, antigo, arcaísmo); *regionais* (brasileirismos etc.); *de registro* (familiar, popular, chulo etc.); *de modalidades escrita ou falada*.

O quadro com os graus normativos nos dicionários parece ser o que segue:

NORMA CULTA			FORA DA NORMA		
1	2	3	4	5	6
Usos naturais ou prescritos (que são e que devem ser)	Variantes aceitas (que podem ser): variantes diacrônicas e regionais	Variantes aceitas nos usos informais: registros correntes e familiares	Casos duvidosos (que podem ser ou não ser), aceitos na fala, proibidos na escrita: registros populares	Usos proibidos, que não devem ser (mas empregados por falantes cultos): termos chulos e acepções e empregos "errados"	Usos que não estão incluídos nos dicionários (que não são, que não existem)

A casa 1 contém os usos da norma por excelência, que são modalizados pela existência (pelo *ser*) e prescritos (pelo *dever ser*). São os usos já examinados nos itens anteriores.

Na casa 2, estão as variantes diacrônicas e regionais, aceitas nos domínios da norma, embora não sejam as preferidas.

Os registros vão-se dividir pelas casas 3 (usos correntes e familiares), 4 (registros populares) e 5 (termos chulos e "errados").

A casa 6, finalmente, contém os usos fora da norma que, segundo os dicionários, não existem. Trata-se da modalização negativa da existência: *tais usos não são*.

### a) Variantes diacrônicas

Os dicionários trazem informações sobre a "origem" do termo e, em geral, usam a expressão *arcaísmo* ou *antigo* para qualificar um termo como antiquado (com frequência, no sentido negativo de velho, conservador) ou a expressão *pouco usado*, que fornece pistas de mudança lin-

güística em andamento e quase concretizada (“Pouco usado” marca também usos pouco freqüentes, sem conotação diacrônica): “Abandonamento. S. m. P. us. Abandono” (A); “Faia<sup>2</sup>. sf.1. Tip. P. us. Entrelinha” (A); “Abanico. S. m. Ant. V. leque<sup>1</sup>” (A); “Letra escolástica. Ant. Letra gótica” (A); “Letra Glífica. Ant. Hieróglifo” (A); “Corro. S. m. Ant. 1. Circo, arena...” (A); “Viscondado. 2. P. us. Terras ou bens de visconde ou viscondessa” (A); “Haver. V. t. d. 1. P. us. Ter, possuir. ‘a todo o instante que este livro abrires / lendo estes versos, dize: hei um amigo’ (Gonçalves de Magalhães, *Suspiros poéticos e saudades*, p.339)” (A).

A variante mais antiga ou pouco usada é, portanto, possível nos limites da norma, sendo preferível, porém, o uso mais “moderno” ou mais freqüente. Por essas razões, a variante regional ocupa a casa 2 do quadro. A modalização é, por excelência, a da existência (pela freqüência). Ao contrário do que ocorre nas gramáticas, os usos mais “modernos” não precisam ser referendados por escritores de prestígio quando se trata de nomes. Nos verbos, em que surge a questão gramatical, é preciso o referendo de escritores: “Os exemplos de *visar* nesta acepção, como transitivo direto, poderiam ser facilmente multiplicados. Não há razão, pois, para condenar esta regência só admitindo a seguinte” (A); “Não obstante, é comum encontrar, em escritores de boa nota, exemplos da construção condenada [pedir para]” (FF).

### **b) Variantes regionais**

As variantes regionais são variantes do Brasil e de Portugal, ou de regiões do Brasil. Sofrem tratamento pouco sistematizado. Em geral, os usos portugueses são a norma padrão e os brasileiros a variação e não duas variantes de uma mesma variável. Por exemplo, *trem*, na acepção de *trem de ferro*, é apresentado no *Aurélio* como brasileiro e *comboio*, na mesma acepção, não é lusitanismo (a não ser o uso da vogal aberta): “Trem. 8. Bras. Comboio ferroviário; trem de ferro”. “Comboio. 4. Série de carruagens puxadas sobre carris por uma locomotiva; trem”. “Combóio. s. m. Lus. V. comboio” (A).

Outra observação é que, em geral, parece haver identificação entre o português de Portugal (para o qual não há quase menção de variação nos dicionários brasileiros) e o português culto “formal” do Brasil. Os brasileiroismos são, assim, com freqüência, qualificados como populares ou familiares: “Trem, s. m. 10. Bras. Pop. Qualquer objeto, coisa, treco, troço. 11. Bras. MG. e S. Fam. Indivíduo sem préstimo, ou de mau caráter; traste. Adj. 2 g. e 2 n. 12. Bras. MG. Pop. Diz-se de pessoa sem préstimo e/ou de mau caráter” (A) (Observe-se que os usos 11 e 12, que



variam apenas por serem substantivo e adjetivo respectivamente, mudam de extensão regional (MG e S em 11 e MG em 12) e de classificação (familiar em 11, popular em 12)); "Bunda. S. 2 g. 3. Bras. Chulo. Indivíduo reles, ordinário; bunda-suja. 4. Bras. Chulo. V. João-ninguém. [P. us. em Portugal]" (A) (Observe-se que no Aulete a palavra é classificada como brasileirismo chulo mesmo na acepção de nádegas: "Bunda<sup>1</sup>. S. f. (Bras.) (chul.) nádegas"); "Hífen. [Pl. hífens e (p. us. no Brasil) hífenes]" (A).

As variantes regionais no Brasil têm também caráter pouco sistemático, como já se viu no caso de *trem*, no Aurélio. Assim, por exemplo, o dicionário não diz que se usa *caminhar* no Rio Grande do Sul e *andar* em São Paulo para crianças que começam a dar passos ("o nenê já caminha ou já anda") ou que o brasileirismo *aniversariar* não é apenas sinônimo de *fazer anos* ou *aniversário*, mas de *estar de aniversário* (no Rio Grande do Sul). Uma vez mais, o dicionário produz o efeito de sentido de que certos usos são do português em geral e outros regionalismos, sem critérios claros e exame sistemático, e de que os regionalismos são também usos populares, familiares ou chulos.

De qualquer forma, os usos regionais, ainda que os "padrões" ou "gerais" sejam os preferidos, são aceitos nos limites da norma culta (na casa 2, conforme mencionado), para a qual trazem "cor local".

### **c) Registros familiares, correntes, populares, chulos e modalidades falada e escrita**

Os diferentes registros distribuem-se em três posições normativas (casas 3, 4 e 5): no interior da norma culta, como usos e acepções possíveis e aceitáveis (são os registros correntes e familiares); na fronteira da norma (são os registros populares); fora dela (são os registros chulos e os usos, acepções ou grafias ditos errados, corrompidos, alterados). Como vimos no exemplo de *trem*, há uma certa vacilação na classificação dos registros familiares e populares.

Se aspectualizarmos os usos familiares, correntes, populares e chulos pela categoria *excesso/insuficiência versus medida*, eles serão ditos insuficientes, em oposição à justa medida da "boa norma" e ao excesso dos *eruditismos*. ("Papos-de-aranha [A mudança de *papos* em *palpos*, numa expressão de origem popular como ela, constitui eruditismo pedante] (A).)

Os *registros familiares e correntes* são aceitos na norma, na casa 3. A classificação como familiar e corrente parece indicar que são usados pelos falantes cultos sobretudo nas ocorrências menos formais: "Hieróglifo. [a pronúncia corrente é *hieroglifo* (paroxítono)]" (A) (Observe-se

que se estabelece uma relação de insuficiência do uso corrente em relação ao “correto” da “boa norma”); “Ter. Não ter que ver. Bras. NE. Fam. Ser muitíssimo parecido com: *O pequeno não tem que ver o pai*” (A); “Voz: Voz de taboca rachada. Bras. Fam. Voz de cana rachada” (A).

Os *registros populares* estão na fronteira da norma, na casa 4, ou seja, são pouco prestigiados, mas usados por falantes cultos em registros menos formais (como os familiares; daí as confusões entre eles) e *principalmente na língua falada*. São, portanto, em geral, aceitáveis na fala e condenados na escrita ou na fala formal: “Carrocinha. Bras. Pop. Veículo para recolhimento de cães vadios, carrocinha de cachorro” (A) (Compare-se esse uso, considerado popular, com o de *carrinho*: “Fut. Bras. Lance em que o jogador desarma o adversário...” (A)). Os usos populares não são em geral exemplificados, mas há exceções: “Carraspana. S. f. Pop. V. bebedeira (1): “O velho dava-se às carraspanas e não se continha diante de uma boa aguardente de cana’ (José Lins do Rego. *Meus verdes anos*, p.71)” (A). (No *Aulete*, *carraspana* é classificado como plebeísmo, *carrinho* não existe na acepção acima e *carrocinha* não aparece em nenhuma acepção.)

Quanto aos *registros chulos*, observe-se que *chulo* é definido no *Aurélio* como “grosseiro, baixo, rude” e “usado pela ralé, ordinário”. Dessa forma, os usos chulos já estão ética e esteticamente qualificados negativamente e colocados como proibidos e, portanto, fora da norma: “Bolinar. Bras. Chulo. Procurar estabelecer contatos voluptuosos com (alguém), principalmente numa aglomeração de pessoas, em veículo, cinema, etc.; sarrar, xumbregar” (A). O termo *bunda*, como foi visto, é no *Aurélio* chulo apenas na acepção brasileira de “indivíduo reles, ordinário, bunda-suja”, enquanto no *Aulete* é considerado chulo (e brasileiro) também na acepção de “nádegas”. Percebem-se aí as diferentes atitudes da norma nos diferentes dicionários.

Também fora da norma estão os termos e acepções errados (em geral na grafia) ou corrompidos (corruptelas, alterações, formas sincopadas), isto é, que não devem ser: Xucro. [A grafia legítima seria *chucro*] (A; Xucrismo. [*Chucrismo* seria a boa escrita] (A); Corgo. S. m. Pop. F. sincopada de *córrego* (A); Lequêssia [alter. de *eloquência*? Se o é, deveria ser grafado com *c.* e não com *ss.*] (A). Os “erros” são, com muita frequência, questões diacrônicas (daí o uso do futuro do pretérito “a grafia legítima *seria*”, “*seria* a boa escrita”), pois os termos e acepções fora da norma são, em geral, modalizados no dicionário também pela existência, isto é, *não são*, da mesma forma que a “boa norma” é. Os usos chu-

los e "errados" estão incluídos nos dicionários, embora condenados, porque são empregados por usuários cultos na fala informal.

Os demais usos, os da casa 6, não estão contemplados nos dicionários, nem mesmo para serem condenados. São os usos que não existem, que não são (modalização negativa de existência). Observe-se, por exemplo, que o *Aurélio* não menciona, nem mesmo para proibir o verbo *ter* impessoal ("Tinha gente na sala") ou só apresenta o verbo *fazer* como impessoal no sentido de "ter decorrido, passado (determinado, período de tempo)"; haver: "Fazia três anos que ele chegara" (A).

Com base nessas considerações, é preciso examinar os vários dicionários (de tipos e épocas diferentes) para estabelecer o discurso e a imagem de norma e de língua que cada um deles constrói.

### O discurso dos verbetes

Se cada verbete for tomado como um discurso, pode-se descrever o léxico de uma perspectiva narrativa e discursiva. A questão não será examinada neste estudo. Serão apontados apenas alguns exemplos desse tipo de abordagem.

No âmbito dos estudos semióticos, examinaram-se, nessa perspectiva, configurações passionais e afetivas e configurações interacionais: no primeiro caso, devem ser mencionadas as descrições de Greimas, da cólera e da avareza, de Fontanille, do ciúme, de Marsciani, da vergonha, de Fiorin, do medo, entre outras; no segundo caso, os exames das estruturas de manipulação, como o desafio, a sedução ou a tentação. Esses estudos levaram ao estabelecimento dos percursos passionais e afetivos e das relações entre sujeitos.

As configurações variam na sociedade e na história. Os verbetes *amargura* no *Aurélio* ou *amertume* no *Petit Robert* servem para uma ilustração:

*Amargura*. S. f. 1. Amargor (1). 2. Fig. Tristeza, sofrimento, mágoa, amargor. 3. Fig. Sofrimento arraigado de dor e ressentimento; acrimônia, azedume; amargor.

*Amertume*. n. f. 1° Saveur amère. 2° Sentiment durable de tristesse mêlée de rancœur, lié à une humiliation, une déception, une injustice du sort.

Ambos os dicionários ressaltam na definição de *amargura*:

a) a relação sensorial com o sabor amargo (em oposição a doce e, em geral, disfórico);

b) a aspectualização durativa: trata-se de um estado passional ou afetivo que dura ("arraigado", "*durable*");

c) o mesmo percurso narrativo: a amargura decorre de uma espera não realizada ("mágoa", "*déception*", "*injustice*");

d) a combinação de dois estados afetivos: a *insatisfação* por não se concretizar a relação com os valores desejados ("tristeza", "*tristesse*") e a *decepção* com um outro sujeito ("mágoa", "*déception*"), responsável, de alguma forma, pelas perdas sofridas;

e) a caracterização negativa ou disfórica dos estados afetivos ("tristeza", "sofrimento", "dor", "*tristesse*");

f) em razão da decepção com o outro, a amargura é ainda um estado afetivo de ressentimento ou rancor, isto é, em que o sujeito amargurado quer fazer mal a seu ofensor, ao sujeito que o decepcionou ("ressentimento", "*rancoeur*").

A única diferença encontrada entre os dois dicionários é que o *Aurélio* aponta a possibilidade de duas configurações passionais da amargura: a primeira (acepção 2), em que *amargura* é apenas a combinação do *estado de insatisfação* (tristeza, sofrimento) pela não-obtenção dos valores esperados, isto é, da *espera de objetos* não realizada, com o *estado de decepção* (mágoa, desilusão) da *espera fiduciária* não concretizada; a segunda (acepção 3), em que dos estados passionais de insatisfação e decepção decorre o de *ressentimento e rancor* (querer fazer mal ao sujeito "ofensor"). O *Petit Robert* traz apenas a segunda configuração, ou seja, não considera a possibilidade de amargura sem rancor.

## Últimas considerações

O estudo efetuado teve por principais fins precisar e testar a metodologia e as escolhas teóricas e mostrar o interesse da análise discursiva do dicionário para o estabelecimento das imagens da norma e da língua que o dicionário constrói em cada época e em cada sociedade. Foram ressaltadas duas funções do dicionário: seu papel na representação e na divulgação da cultura, apesar da aparente neutralidade, e sua função pedagógica e normativa na sociedade.

BARROS, D. L. P. de. The discourse of the dictionary. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.75-96, 2000.

- **ABSTRACT:** *In examining the dictionary as a discourse, this paper shows the relationships that appear between the meaning effects produced by the dictionary in our society – as record of the linguistic knowledge, as competent discourse about language, as the anonymous and neutral discourse from the collectivity, as a discourse which legitimizes usage and regulates linguistic changes – and the discursive strategies used by it, and also to show the semantic and cultural universe revealed by the dictionary as well as the norm and language images developed from it.*
- **KEYWORDS:** *Dictionary discourse; themes and figures; modalization; entry discourse; norm.*

## Referências bibliográficas

- ALÉONG, Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In: BÉDARD, E., MAURAS, J. (Ed.) *La norme linguistique\** Paris: Le Robert, s.d.
- ALVES, I. M. Ideologia e empréstimo. *Estudos linguísticos I*, v.8, p.217-24, 1984.
- BARROS, D. L. P. de. *Verbos de comunicação*. Estudo sintático-semântico. São Paulo, 1976. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: PRETI, D. (Org.) *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- COLLINOT, A., MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E, HARMS, R. T. (Org.) *Universals in linguistic theory*. New York: Itolt, Rinehart and Winston, 1968.
- \_\_\_\_\_. The case for case reopened. In: *Syntax and semantics*. Grammatical relation. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1971. v.8.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.

- KRIEGER, M. da G. A obra e o fazer dicionarísticos. *Cadernos do Instituto de Letras, UFRGS*, v.10, p.9-16, 1993.
- \_\_\_\_\_. Discurso lexicográfico. In: OLIVEIRA, A. C. de, LANDOWSKI, E. (Ed.) *Do intelegível ao sensível*. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995.
- REY, A. *Présentation du dictionnaire in Petit Robert*. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Le Robert, 1976.
- SLAKTA, D. L'acte de "demander" dans les "Cahiers de Doléances". *Langue Française (Paris)*, v.9, p.58-73, 1971.